

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a vossa apreciação os Balancos Patrimoniais, as Demonstrações dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações dos Recursos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, acompanhadas das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer dos Auditores Independentes.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de reais)

	2007	2006	2007	2006
Ativo				
Circulante	1.444.051	389.402	1.134.051	98.647
Disponibilidades	3.081	11.389	14.020	8.894
Aplicações interfinanceiras de liquidez	453.882	62.729	20.300	1.000
Aplicações no mercado aberto	446.435	63.021	479	829
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.447	3.358	561	1.960
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	209.546	225.811	105.411	4.503
Carteira própria	169.207	211.155	105.411	4.503
Vinculados a prestação de recompra	40.339	10.152	—	—
Relações interfinanceiras	282	151	—	—
Depósitos no Banco Central	292	151	—	—
Operações de crédito	3.996	12.394	1.280	1.376
Operações de crédito - setor privado	3.996	12.394	1.280	1.376
Outros créditos	773.819	72.246	382.384	—
Carteira de crédito	603.200	69.936	293	477
Rendas a receber	483	6	293	477
Negociação e intermediação de valores	165.401	39	630.663	81.963
Diversos	4.747	216	449.632	69.870
(-) Provisão para outros créditos de liquidez disponível	(12)	(219)	(6.743)	(2.880)
Outros valores e bens	45	32	3.135	1.882
Despesas antecipadas	292	151	163.903	4.283
Realizável a longo prazo	31.925	33.283	139	175
Operações de crédito	29.409	30.879	5.192	5.090
Operações de crédito - setor privado	29.409	30.879	5.192	5.090
Outros créditos	216	2.404	22.919	26.462
Diversos	19.302	29.884	17.705	21.372
Permanente	22.294	30.658	22	37
Investimentos	19.302	29.884	191	182
Participações em coligadas e controladas:	19.156	26.741	13	11
No país	19.156	26.741	13	11
No exterior	5.852	6.869	—	—
Outros investimentos	417	143	341.483	328.207
Provisões para perdas	299.409	29.884	319.356	319.356
Imobilizado de uso	2.331	2.562	207	4
Imobilizações de uso	4.200	4.199	2.778	4
(-) Depreciações acumuladas	(2.189)	(1.929)	1.318	555
Diferido	2.987	2.948	207	4
Garantias de organização e expansão	2.987	2.948	207	4
(-) Depreciações acumuladas	(2.987)	(2.948)	—	—
Total do ativo	1.498.870	453.343	1.498.870	453.343

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de reais, exceto Lucro líquido por lote de mil ações)

	2º Semestre			Exercícios
	2007	2007	2006	
Recitas de intermediação financeira	44.722	74.842	45.905	
Operações de crédito	2.463	5.504	7.441	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	29.846	54.457	34.974	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(16.116)	(33.235)	(3.853)	
Resultado de operações com câmbio	28.529	48.116	7.343	
Despesas de intermediação financeira	(19.222)	(25.778)	(10.014)	
Operações de captação no mercado	(1.411)	(1.908)	(4.731)	
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(17.821)	(23.870)	(5.283)	
Resultado bruto de intermediação financeira	25.490	49.064	35.891	
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.033)	(19.266)	(21.133)	
Recitas de prestação de serviços	5.922	11.759	8.207	
Despesas de pessoal	(8.669)	(18.832)	(17.589)	
Outras despesas administrativas	(5.547)	(10.205)	(10.434)	
Despesas tributárias	(1.439)	(2.969)	(2.135)	
Resultado de participações em coligadas e controladas	(995)	225	692	
Outras receitas operacionais	12	811	372	
Outras despesas operacionais	(317)	(355)	(246)	
Resultado operacional	14.457	29.498	14.758	
Resultado não operacional	1	15	(9)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	14.458	29.513	14.749	
Imposto de renda e contribuição social	(4.177)	(6.185)	(2.986)	
Provisão para imposto de renda	(3.068)	(4.541)	(2.189)	
Provisão para contribuição social	(1.109)	(1.644)	(797)	
Participações dos empregados	(5.000)	(5.000)	(2.276)	
Lucro líquido do semestre/exercícios	5.281	18.328	9.487	
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	1,13	3,94	2,04	

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de reais)

	2º Semestre		Exercícios
	2007	2006	
Origem de Recursos	750.063	1.020.082	347.741
Resultado ajustado	2.166	13.637	10.008
Lucro líquido do semestre/exercício	5.281	18.328	9.487
Reversão de provisões contábeis	609	1.253	1.216
Provisão para perdas com títulos patrimoniais	281	281	—
Resultado de equivalência patrimonial	995	(225)	(692)
Reversão de provisões contábeis	—	—	(6)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	213	380	(23)
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	—	2.253	220.830
Aumento de capital	—	—	2.253
Reversão de provisões contábeis	—	—	2.253
Recursos de terceiros originários de:	751.684	1.067.792	116.929
Aumento dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo	734.657	1.033.575	4.980
Depósitos	—	5.126	—
Captações no mercado aberto	45.402	100.908	4.503
Obrigações por empréstimos e repasses	316.924	382.384	—
Instrumentos financeiros derivativos	293	—	477
Outras obrigações	372.038	545.157	—
Diminuição dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo	16.860	26.133	111.909
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	8.510	16.265	—
Relações interfinanceiras e interdependências	3.303	—	80
Operações de crédito	5.003	9.868	8.552
Outros valores e bens	44	—	103.196
Alienação de bens e investimentos	16	267	81
Imobilizado de uso	150	267	40
Diferido	17	—	—
Dividendos recebidos de controlada	—	7.800	—
Calyon Corporate Finance do Brasil	—	7.800	—
Calyon Consultoria Financeira Ltda.	—	—	—
Aplicações de Recursos	758.285	1.028.370	337.329
Dividendos propostos	1.741	1.741	2.423
Juros sobre o capital próprio	—	5.838	—
Inversões em	502	444	722
Investimentos	16	111	83
Aplicações no diferido	—	—	—
Aumento dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo	752.812	1.088.332	201.974
Aplicações interfinanceiras de liquidez	294.985	386.503	29.560
Aplicações interfinanceiras de liquidez e valores mobiliários	—	—	172.414
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	—
Relações interfinanceiras e interdependências	—	—	131
Outros créditos	457.827	701.685	—
Outros valores e bens	—	—	—
Diminuição dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo	3.214	1.704	132.292
Depósitos	1.706	1.704	21.418
Reversão de provisões contábeis e interdependências	1.508	1.520	5.514
Obrigações por empréstimos e repasses	—	184	57.281
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	48.079
Outras obrigações	778	(8.308)	10.412
Aumento (redução) das disponibilidades	2.303	11.389	977
No início do semestre/exercícios	1.978	11.389	11.389
Aumento (redução) das disponibilidades	4.281	(8.308)	10.412

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital		Reserva legal		Lucros acumulados		Total
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	
Saldos em 31 de dezembro de 2005	96.326	—	4	—	1.613	—	100.123	—	198.063
Aumento de capital	220.830	—	—	—	9.487	—	9.487	—	230.317
Lucro do exercício	—	—	—	—	55	—	55	—	55
Dividendos	—	—	—	—	(2.253)	—	(2.253)	—	(2.253)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	319.356	—	274	—	8.299	—	327.625	—	647.255
Atualização de títulos patrimoniais	—	—	—	—	—	—	274	—	274
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	(5.838)	—	(5.838)	—	(5.838)
Constituição de reserva legal	—	—	—	—	916	—	916	—	916
Lucro do exercício	—	—	—	—	278	—	278	—	278
Constituição de reserva legal	—	—	—	—	4	—	4	—	4
Dividendos propostos	—	—	—	—	(1.471)	—	(1.471)	—	(1.471)
Saldos em 30 de junho de 2007	319.356	—	278	—	1.471	—	207	—	527
Atualização de títulos patrimoniais	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lucro do semestre	—	—	—	—	274	—	274	—	274
Constituição de reserva legal	—	—	—	—	264	—	264	—	264
Dividendos propostos	—	—	—	—	(1.471)	—	(1.471)	—	(1.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	319.356	—	278	—	1.471	—	207	—	527

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de reais)

1. **Contexto Operacional**
O Banco Calyon Brasil S.A., é um banco múltiplo, autorizado a operar nas atividades comerciais, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e em operações de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam, integradamente, no mercado financeiro nacional e internacional. Essas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Calyon. Os beneficiários dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são alocados, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto individualmente.

2. **Apresentação das Demonstrações Financeiras**
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

3. **Resumo das Principais Práticas Contábeis**
a) **Apreciação do ativo**
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para dia de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método equivalente, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com opções com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

b) **Aplicações interfinanceiras de liquidez**
São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos os custos de aquisição e de desenvolvimento, quando aplicável.

c) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados, em três categorias distintas, conforme a natureza da administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou devalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para freqüente negociação ou para investimento. São avaliados, dentro de outros fatores, pela reserva de liquidez, garantia e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, dentro de outros fatores, são computados ao resultado.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco não possui a intenção e capacidade financeira de manutê-los em carteira até o vencimento. São avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido do rendimento auferido. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente contabilizadas ao resultado. Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro e operações de "swap" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de futuro - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diretamente ao resultado ou despesa;
- operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a devalorização em relação ao custo de aquisição, exceto em caso de instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge". Em conta de receita ou despesa, no resultado do período; instrumentos financeiros considerados como "hedge" são classificados como "hedge" de risco de mercado e "hedge" de fluxo de caixa.

Os hedge de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à flutuação no valor de mercado do item objeto de hedge e a sua valorização ou devalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

Os hedge de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado, e a sua valorização ou devalorização é contabilizada em contrapartida à conta destinada do patrimônio líquido. Os respectivos item objeto de hedge são ajustados a valor de mercado na data do balanço.

4. **Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito**
As operações de crédito, nas suas diversas modalidades estão registradas ao valor principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos títulos que integram a carteira. A provisão para perdas em operações de crédito é fundamentada na análise das operações, efetuada pela administração para determinar o quanto ao valor necessário a ser provisionado, caso a caso, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidos, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1997.

5. **Investimentos**
Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e a devalorização provisorial para perdas, quando aplicável.

6. **Imobilizado e diferido**
O ativo imobilizado e diferido está registrado pelo custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo diferido é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

7. **Depósitos em mercado aberto**
Os depósitos à vista e as captações no mercado aberto estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos contratuais proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

8. **Obrigações em moedas estrangeiras**
As obrigações em moedas estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nos dias dos balanços.

9. **Imposto de renda e contribuição social**
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 para o semestre). A contribuição social é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, conforme legislação em vigor.

10. **Operações de câmbio**
As operações são demonstradas pelas vendas de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata-dia) auferidas e provisão para perdas no termos da Resolução nº 2.682, do Banco Central do Brasil.

11. **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de reais)

	Até 3 meses		De 3 a 12 meses		Total
	2007	2006	2007	2006	
Compensação	17.962	17.962	43.273	43.273	61.235
Contratos de swap	17.962	17.962	43.273	43.273	61.235
Contratos de futuros	915.122	263.823	1.178.945	1.085.968	2.104.067
Total	933.084	263.823	1.196.907	1.129.241	2.326.148
Contratos de swap	17.962	17.962	43.273	43.273	61.235
Diferencial a pagar	(293)	—	(293)	—	(586)
Diferencial a receber	3.303	—	3.303	—	6.606
Diferencial a receber	(1.403)	—	(1.403)	—	(2.806)
No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o resultado de operações com instrumentos financeiros gerou uma despesa de R\$ 33.325.					
6. Operações de Crédito				</	

19. Imposto de Renda e Contribuição Social	
O Banco apurou base de cálculo de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro como segue:	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	29.513 14.749
(-) Excluídos	(7.322) (5.317)
(*) Adições	4.496 3.215
Lucro Real	26.087 12.624
(-) Compensação de prejuízos fiscais acumulados limitados a 30%	(7.826) (3.794)
Lucro tributável	18.261 8.853
Imposto de renda - (*)	(4.541) (2.189)
Contribuição social - 9%	(1.644) (797)
	(6.185) (2.986)

(*) Considerando-se 15%, acrescido de adicional 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no exercício.

Em 31 de dezembro de 2007, o Banco possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias não contabilizados no montante de R\$ 8.377 (R\$ 10.274 em 2006), sendo R\$ 6.389 (R\$ 9.050 em 2006) sobre prejuízos fiscais e base negativa e R\$ 1.988 (R\$ 1.224 em 2006) sobre diferenças temporárias. Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Banco Central do Brasil, os benefícios do imposto de renda e contribuição social, serão reconhecidos quando efetivamente realizados

ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, uma vez que o Banco ainda não atende aos quesitos estabelecidos nestas resoluções, por não apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais.

20. Avas, Fianças e Garantias Concedidas a Terceiros
A responsabilidade por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros, em 31 de dezembro de 2007, montam a R\$ 120.755 (R\$ 13.887 em 2006).

21. Participações dos Empregados
Refere-se ao programa de participações no resultado do Banco, constituído e formalizado de acordo com a Lei 10.101/2000, cuja provisão no montante de R\$ 5.000 (R\$ 2.276 em 2006) está registrado na conta "Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias".

22. Limites Operacionais
As operações do Banco e de suas controladas estão enquadradas dentro dos limites exigidos pelo Banco Central do Brasil, com base na Resolução nº 2.099/94. Conforme permitido pela Resolução nº 2.283/96, os limites mínimos de capital da Sociedade são calculados com base nos ativos consolidados.

23. Risco Operacional
Definido como o risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira.

A área de Risco Operacional integra a Diretoria de Gerenciamento de Risco, sendo responsável pelas atividades de mapeamento dos processos operacionais, identificação, avaliação e mitigação dos riscos identificados, além de exercer controles permanentes sobre as demais áreas. Através de reuniões frequentes e regulares, a administração discute os diagnósticos apresentados pela área de Risco Operacional e as consequentes ações a serem implementadas. A política com a descrição da estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se disponível no nosso site www.calyon.com.br.

24. Outras Informações

a) Em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.638/07 que altera dispositivos da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com reflexo a partir do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2008. Algumas das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 serão objeto de regulamentação por parte do BACEN e CVM ao longo do exercício de 2008.

A Administração está avaliando os possíveis impactos dessa nova lei para, posteriormente, mensurar os efeitos de mudanças de práticas contábeis que o Banco ainda não tenha adotado, porém estima-se, em sua avaliação inicial, que as alterações acima não ocasionarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco, todavia, no momento, não é praticável determinar com segurança os efeitos resultantes da adoção plena da nova lei.

De imediato destacamos algumas das principais alterações embutidas nos dispositivos legais da Lei:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC.
- A inclusão da Demonstração do Valor Adicionado - DVA no conjunto

das Demonstrações Financeiras elaboradas, divulgadas e que devem ser aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

- Criação do subgrupo no ativo permanentemente denominado "Intangível", que inclui os direitos que tenham por objetivo os bens incorpóreos, inclusive o goodwill adquirido.
- No grupo do patrimônio líquido será criado o subgrupo "Ajustes de Avaliação Patrimonial" que servirá de contrapartida para avaliação de ativos a preço de mercado, em especial a avaliação de determinados instrumentos financeiros.
- Introdução do conceito de "Ajuste a Valor Presente" para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

b) Em 03 de janeiro de 2008 foi editada a Medida Provisória (MP) nº 413, que promoveu a alteração da alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSL de 9% para 15% aplicável as pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e instituições financeiras. Considerando os efeitos jurídicos da MP esse aumento de alíquota entrará em vigor a partir de maio de 2008; contudo, as alterações introduzidas só se tornarão efetivas após aprovação pelo Poder Legislativo. A aprovação da MP resultará em aumento nas despesas de Contribuição Social sobre os lucros líquidos gerados a partir de 1º de maio de 2008, bem como aumento dos créditos tributários ativamente proporcionais a elevação da alíquota.

c) Através dos decretos nº 6.359 e 6.345 ambos de 2008, foi alterada a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF com os efeitos a partir de 04 de janeiro de 2008, tendo em vista que trata-se substituição tributária, o Banco possui somente a responsabilidade de efetuar a retenção e o recolhimento do referido tributo.

A Diretoria

Synthesis José Luiz Gonzaga - CRC 1SP 132371/O-5 - CPF 003.298.858-39

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros efetivos do Comitê de Auditoria do Banco Calyon Brasil S.A., instituído por dispositivo estatutário, em conformidade com a Resolução 3.198 de 27 de maio de 2004 do Banco Central do Brasil, tem na designação de suas atividades a supervisão e avaliação do desempenho da auditoria interna, do desempenho e independência dos Auditores

Independentes, de auxiliar na estruturação, desenvolvimento e eficácia dos Controles Internos, além da análise e avaliação das demonstrações contábeis incluindo-se notas explicativas. O Comitê de Auditoria pode verificar que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Internas e Externas possuem transparência e qualidade,

constatarem a exatidão de todos os elementos apreciados e que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007, refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 19 de março de 2008
Comitê de Auditoria

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas do Banco Calyon Brasil S.A. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Calyon Brasil S.A. levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua

administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas

contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Calyon Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas

datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2008



Auditors Independents S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC 1SP184050/O-6